

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.495.375 - GO (2019/0122330-8)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : ABADIA PEREIRA GERMANO
AGRAVANTE : GUIOMARA FARIA DA SILVA
AGRAVANTE : ZULMIRA DE SOUSA LIMA RIBEIRO
ADVOGADO : FREDD DELIO MIRANDA MARTINS - GO030943
AGRAVADO : ESTADO DE GOIÁS
PROCURADOR : MICHELLE PINHEIRO CRUZ E OUTRO(S) - GO015731

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por ABADIA PEREIRA GERMANO e OUTROS, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO CIVIL PÚBLICA NA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA EXTINÇÃO DO FEITO COM FULCRO NO ARTIGO 485 INCISO VI DO CPC COISA JULGADA INTER PARTES ILEGITIMIDADE ATIVA SENTENÇA MANTIDA APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA MAS DESPROVIDA

Quanto à controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 16 da Lei n. 7.347/85 e arts. 103, III, e 81, parágrafo único, III, do CDC, no que concerne aos efeitos da coisa julgada, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

O presente recurso é cabível, pois, tanto na sentença de primeiro grau, a qual extinguiu o feito sem resolução do mérito por falta de legitimidade ativa, quanto no acórdão, o qual manteve a sentença incólume, com a devida vênia, contrariaram a Lei Federal 7.347/85, que em seu artigo 16 expressamente empresta à sentença civil pública efeito erga omnis, bem como a Lei Federal 8.078/90, também conhecida como CDC, Código de Defesa do Consumidor, que em seus artigos, combinados, 103, inciso III, e 81, inciso III do parágrafo único, da mesma forma emprestam, ao decisum que verse sobre interesse ou direito individual homogêneo, o efeito erga omnes (fl. 303).

É o relatório. Decido.

O acórdão recorrido assim decidiu:

Concernente a alegação da apelante de que a sentença teria efeito erga omnes, sem razão, posto que o referido efeito, no campo das lides, restringe-se apenas aos indivíduos que participam de determinada ação judicial. É o denominado efeito erga omnes inter partes.

Erga omnes, em seu conceito ou efeito amplo, tem origem nas leis, decretos ou resoluções e não em decisões judiciais.

Por consequência, o referido efeito erga omnes, por se tratar de decisão judicial, alcança apenas o rol de substituídos na ação. In casu, os funcionários do Poder Judiciário do Estado de Goiás (incluindo os magistrados) que estavam em exercício no ano de 1991, não abrangendo as demais categorias de funcionários públicos, ainda que do Estado de Goiás. (fl. 280)

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou que: “Não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n.º 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal” (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.682.077/RS, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 11/10/2017; AgInt no AREsp n. 734.966/MG, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 4/10/2016; AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018; e AgRg no AREsp n. 673.955/BA, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 8/3/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

